

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT20.024

DESVENDANDO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: TENSÕES, DIREITOS E O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Luzia Clara Alves de Souza¹
Marco Aurelio Nunes de Barros²

RESUMO

A proposta deste estudo é apresentar uma análise crítica a partir de dados secundários e das evidências disponíveis na literatura quanto a eficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar na promoção da agricultura familiar e da sustentabilidade ambiental no município de Porto Velho, onde está inserido o Instituto Federal de Rondônia - *Campus Calama*. Esta revisão bibliográfica narrativa mergulha nas complexas relações entre a alimentação escolar, o direito humano à alimentação, as dinâmicas do capitalismo e os sistemas agroalimentares predominantes. Nos últimos anos Porto Velho tem se consolidado como a nova fronteira agrícola do estado de Rondônia, liderando a produção de soja e ostentando o maior rebanho bovino do estado. Como principal resultado dessa análise explicitamos através dos indicadores da produção agrícola do município a necessidade da efetivação de políticas públicas que apoiem e fortaleçam a agricultura familiar local, para que ela possa se desenvolver frente à lógica predatória do agronegócio, que privilegia a produção em larga escala de *commodities* para exportação. Mais que apenas uma atividade produtiva a agricultura familiar representa um modo de vida e organização socioeconômica que prioriza o uso sustentável da terra e a garantia da reprodução social das famílias. Nesse contexto, programas de compras governamentais, como

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Rondônia - IFRO, clarapvh@gmail.com;

2 Professor Orientador Dr. em Política Social, Prof. do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Rondônia – IFRO, marco.barros@ifro.edu.br.

o PNAE, adquirem ainda mais relevância ao apoiar o desenvolvimento das comunidades rurais locais e sua permanência no campo.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Alimentação escolar, Educação profissional e tecnológica, Sustentabilidade ambiental.



INTRODUÇÃO

A alimentação escolar é um direito fundamental dos estudantes da educação básica pública, sob a responsabilidade do Estado. Para garantir esse direito e oferecer refeições que atendam às necessidades nutricionais dos alunos o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) realiza o repasse de recurso suplementar proveniente do orçamento da União, aos estados, municípios e escolas federais (Brasil, 2009).

A Lei nº 11.947/09, conhecida como a Lei da Alimentação Escolar, estabelece as diretrizes e os objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. O programa busca contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, abrangendo aspectos físicos, psicológicos e sociais. A formação de hábitos alimentares saudáveis e a melhoria do aprendizado e do rendimento escolar também estão incluídas nas metas do programa.

Ao estabelecer em seu artigo 14 que no mínimo 30% dos repasses do FNDE sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos, a Lei nº 11.947 contribui para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, incentivando a formação de hábitos alimentares mais saudáveis através do consumo de alimentos frescos, variados e regionais (Brasil, 2009).

A agricultura familiar, conforme definido na Lei nº 11.326/06, é um sistema de produção praticado em pequenas propriedades rurais, onde prevalece a participação familiar em todas as etapas da produção, desde o cultivo até a comercialização. As áreas cultivadas são geralmente menores e a produção é mais diversificada, incluindo frutas, legumes e verduras, além de outras atividades como criação de animais e produção de derivados (Brasil, 2006).

Além da adoção de práticas de produção mais sustentáveis, com menor impacto ao meio ambiente e aos recursos naturais, o vínculo com o território onde as famílias vivem e produzem contribui para a preservação da cultura local e da biodiversidade (Quintino; Passos; Moret, 2017). O incentivo à aquisição direta dos produtos da agricultura familiar representa, portanto, um avanço para a política de alimentação escolar, estimulando o desenvolvimento econômico local e beneficiando diretamente os agricultores familiares que fornecem para as escolas.

Este artigo abordará um recorte da pesquisa de mestrado sobre a alimentação escolar que está em andamento no *campus* Calama do Instituto Federal de Rondônia - IFRO e pretende analisar através da literatura disponível e de dados secundários a eficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar na promoção da agricultura familiar e da sustentabilidade ambiental no município de Porto Velho.

A pesquisa supracitada apontou que foi a partir de 2018 que o IFRO começou a aplicar de forma mais consistente os recursos repassados pelo FNDE, destinando-os progressivamente para o atendimento dos estudantes da educação básica. No entanto, evidenciando desafios no fortalecimento desta política, a última chamada pública realizada no *campus* pesquisado para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, por meio dos recursos do PNAE, contou com a participação de apenas uma cooperativa.

Considerando que, de acordo com o INCRA³, Porto Velho possui 11.052 imóveis rurais cadastrados, dos quais 5.129 são minifúndios (com até 1 módulo fiscal, equivalente a 60 hectares) e 4.119 são pequenas propriedades de até 4 módulos fiscais, totalizando 9.248 imóveis, ou seja, 83% dos imóveis rurais da região, em sua maioria pertencentes à agricultura familiar, é pertinente questionar o impacto do PNAE no fortalecimento desse setor, na promoção da sustentabilidade ambiental e da segurança alimentar nesse contexto específico.

Destarte, esta revisão bibliográfica narrativa explora as complexas interações entre a alimentação escolar, o direito humano à alimentação adequada (DHAA), as dinâmicas do capitalismo e os sistemas agroalimentares predominantes. Entendemos que esses processos tem influência sobre a realidade escolar e podem, em certa medida, explicar os desafios na aquisição de alimentos através do PNAE, que acabam por impactar a vida dos agricultores e da comunidade escolar.

Para atender ao objetivo proposto, este artigo apresenta, após a introdução, a descrição do percurso metodológico adotado, seguida dos resultados e da discussão, os quais foram organizados em três seções: a agropecuária em Porto Velho, a alimentação escolar e suas implicações no contexto do capitalismo, e a relação entre o PNAE e a agricultura familiar. Por último, são apresentadas as considerações finais.

3 <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/consultaPublica.jsf?windowId=9b6>

METODOLOGIA

Este estudo emprega uma abordagem de revisão narrativa, baseada em uma análise crítica da literatura existente sobre o PNAE, agricultura familiar, sustentabilidade ambiental no âmbito do município de Porto Velho e suas interações no contexto do capitalismo. A revisão narrativa permite uma descrição ampla sobre o tema, contudo não esgota todas as fontes de informação, uma vez que a busca e análise dos dados não é sistemática. Sua relevância reside na rápida atualização dos estudos sobre o tema (Cavalcante; Oliveira, 2020).

A partir de buscas em bases de dados, tais como: Scientific Electronic Library (SciELO), Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e Google Acadêmico, foram selecionados os artigos científicos, livros, relatórios e publicações governamentais utilizados na construção de um panorama teórico que permitisse analisar a eficácia do PNAE.

Em seguida, foi realizada a coleta de dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, referentes à produção agropecuária, com ênfase na PAM (Pesquisa da Produção Agrícola Municipal) e na PPM (Pesquisa Pecuária Municipal). Essa abordagem foi utilizada para atender à delimitação espacial do estudo, que se refere ao município de Porto Velho compreendendo os dados mais atuais, o período de 2022 a 2023.

Os dados disponibilizados para consulta pública no site do FNDE foram coletados para verificação do percentual de aquisição dos produtos da agricultura familiar no município de Porto Velho entre os anos de 2016 e 2022.

As informações obtidas foram organizadas em tabelas e gráficos para facilitar a visualização e enriquecer a discussão sobre o potencial produtivo do município e sua integração à política de alimentação escolar para a promoção da agricultura familiar e da sustentabilidade ambiental em Porto Velho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A AGROPECUÁRIA EM PORTO VELHO

Porto Velho é a capital do estado de Rondônia, situada na margem direita do Rio Madeira, com extensão territorial de 34.090,95 km². Devido à acidez e baixa fertilidade dos solos, Porto Velho apresentava uma agricultura pouco expressiva. No entanto, a incorporação de novas áreas com fertilidade de média

a alta, aliada à adoção de práticas de correção do solo, resultou em um crescimento significativo da produção agropecuária na capital (Fernandes, 2022).

A Pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM), realizada anualmente pelo IBGE, detalha a produção de lavouras temporárias e permanentes em Porto Velho. A tabela 1 sintetiza os dados obtidos nos anos de 2022 e 2023 em termos de área plantada e quantidade produzida dos principais gêneros cultivados no município.

Tabela 1 - Dados da produção agrícola de Porto Velho no biênio 2022/2023

Produto	Área Plantada (ha) 2022	Área Plantada (ha) 2023	Produção (ton) 2022	Produção (ton) 2023
Abacaxi	267	203	2.780	6.090
Açaí	126	88	642	758
Amendoim	2	2	5	5
Arroz	5.000	5.100	13.250	13.260
Banana	2365	2647	19135	21416
Cacau	363	363	123	159
Café	2150	3640	4330	10061
Cana-de-açúcar	45	56	187	2.258
Coco da bahia	100	90	1200	1024
Feijão	250	335	310	223
Goiaba	6	6	60	72
Laranja	96	5	766	53
Limão	124	144	985	1192
Mamão	28	33	588	556
Mandioca	7.413	7.413	134.174	134.174
Maracujá	26	20	244	180
Melancia	217	180	4.722	3.497
Milho	16.250	19.068	73.125	83.932
Soja	31.100	52.336	112.000	181.812
Tomate	13	18	271	480

Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE (2023).

Porto Velho é o maior produtor de mandioca do Estado, produzindo 134.174 toneladas do tubérculo em 2023. Desde 2016 a capital tem alcançado uma produção acima de 100 mil toneladas ao ano, o que corresponde a um terço de toda a produção do estado (Porto Velho, 2024). A banana é outra cul-

tura que vem se intensificando e Porto Velho tem liderado a produção estadual nas últimas duas safras.

A cafeicultura tem grande relevância em Rondônia, onde é predominantemente realizada por agricultores familiares, que representam cerca de 90% do total de produtores (Emater-RO, 2023). Em Porto Velho a agricultura familiar tem expandido o cultivo do café, principalmente nas regiões dos distritos de União Bandeirante e Rio Pardo, o que resultou no incremento de 132% da safra que foi de 4.330 toneladas em 2022 para 10.061 toneladas em 2023 conforme apresentado na Tabela 1.

Dentre os produtos cultivados pela agricultura familiar, destaca-se uma ampla variedade de vegetais, que inclui desde alimentos básicos, como arroz, feijão e mandioca, até produtos de maior valor agregado, como hortaliças e frutas. Por outro lado, a agricultura não familiar, praticada em médias e grandes propriedades, concentra-se principalmente em culturas industriais, como soja, milho, trigo e cana-de-açúcar (Neto; Silva; Araújo, 2020).

De acordo com a Tabela 1, a soja tem uma produção bastante expressiva e que vem crescendo a cada ano no município, tendo produzido 112 mil toneladas do grão na safra de 2022, em uma área plantada de mais de 30 mil hectares e atingindo 181.812 toneladas na safra 2023, com expansão da área plantada para mais de 50 mil hectares.

Devido ao uso das áreas na entressafra da soja para o cultivo de milho e arroz, a produção desses grãos também tem aumentado em Porto Velho. Em 2023, o município alcançou a terceira posição entre os maiores produtores de arroz no estado com 13.260 toneladas colhidas. A safra de milho, que atingiu 83.932 toneladas em 2022, sofreu uma redução para 73.125 toneladas em 2023 em virtude das variações no plantio, decorrentes dos ajustes realizados na safra da soja.

Através da Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM divulgada pelo IBGE é possível visualizar as informações sobre os efetivos da pecuária existentes no município de Porto Velho, onde se concentra o maior rebanho bovino de Rondônia, com mais de 1,7 milhões de cabeças, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 - Dados dos efetivos da pecuária em Porto Velho no biênio 2022/2023

Animal	2022 Rondônia	2022 Porto Velho	2023 Rondônia	2023 Porto Velho
Bovino	17.688.225	1.685.258	18.162.632	1.772.153
Bubalino	6.321	900	7.221	903
Equino	174.389	15.592	201.538	19.553
Suíno - Total	258.538	17.178	211.765	13.090
Caprino	6.087	1.001	9.064	1.695
Ovino	89.533	6.651	113.186	7.783
Galinhas	2233905	252459	2246276	213070
Codornas	30.265	21.217	29.429	20.118

Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE (2023).

Em Rondônia a bovinocultura leiteira destaca-se por ser conduzida predominantemente por mão de obra familiar, estando consolidada em todos os 51 municípios do estado. Em Porto Velho, o rebanho bovino leiteiro é composto por 119.050 cabeças que conferem uma produção diária de 73.545 litros de leite, figurando entre os cinco municípios que mais produzem leite no estado.

Ainda com relação aos dados são da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) referentes a 2023, expressos na Tabela 2, a capital Porto Velho também possui o maior rebanho de equinos, bubalinos, suínos e caprinos entre os 52 municípios de Rondônia. Além disso, é o terceiro município com o maior número de galinhas, totalizando 213.070 animais.

O cenário agropecuário atual de Porto Velho reflete a forte expansão do agronegócio marcado pela produção de *commodities*, num movimento que pressiona a agricultura familiar, ocupando seu espaço e subjugando o modo de produção tradicional (Santos, 2021). Contudo, a agricultura familiar segue resistindo e desempenhando seu papel primordial na diversificação da produção agrícola, contribuindo de forma significativa para a soberania e segurança alimentar local.

Para compreender a relação entre o aumento da produção agrícola, o meio ambiente e o que efetivamente chega ao nosso prato, é essencial abordar os temas da segurança alimentar, soberania alimentar e Direito a Alimentação Adequada no contexto do modo de produção capitalista.

A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AS IMPLICAÇÕES DO CAPITALISMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa promover o desenvolvimento socioeconômico local e a sustentabilidade ambiental ao incentivar práticas agrícolas diversificadas e menos intensivas. Essas práticas confrontam a lógica capitalista de lucro em grande escala e de favorecimento das cadeias agroalimentares longas caracterizadas pela participação de vários agentes intermediários sem nenhuma interação produtor-consumidor. Assim, o PNAE pode ser entendido como uma ferramenta que desafia essas dinâmicas, conciliando a produção de alimentos com os princípios de soberania alimentar e justiça social (Silva, 2020).

O processo de globalização do capitalismo abrange tanto a modernização quanto a internacionalização da agricultura, resultando não apenas em transformações técnicas e tecnológicas, mas também em uma reconfiguração geopolítica que instaurou um “sistema-mundo”. Esse sistema ameaça a soberania dos povos sobre seus territórios e sua capacidade de garantir a reprodução socioeconômica (Costa; Silva, 2021).

Silva e Guerra (2021, p. 23) explicam que o conceito de soberania alimentar se contrapõe à lógica da atual fase do capitalismo, chamada de rentista e classificada como improdutiva por priorizar a geração de lucro sobre o atendimento das necessidades humanas:

[...] a soberania alimentar, enquanto o direito dos povos de definir a sua forma de alimentação e as estratégias para alcançá-la da forma mais sustentável e acessível, é um dos instrumentos para promoção de uma sociedade mais justa. Para tanto, pauta-se no resgate da concepção do alimento como um direito e não, como uma mercadoria (Silva; Guerra, 2021, p.23).

Na sociedade capitalista o alimento se torna uma mercadoria que só pode ser adquirida com outra mercadoria, o dinheiro. Como a classe trabalhadora não possui diretamente os meios de produção, como terra, ferramentas ou recursos naturais, sua principal forma de obter alimentos é vendendo sua força de trabalho (Guerra; Carnut, 2021). Entretanto, a produção capitalista não se limita à produção de mercadorias, mas principalmente a geração de lucro, obtido a partir da quantidade de trabalho não remunerado que é apropriado pelo capital (Machado; Oliveira; Mendes, 2016).

A subordinação alienada da ciência e da tecnologia às estratégias do sistema global voltado para o lucro faz com que os próprios produtores, controlados por um pequeno grupo de corporações transnacionais, não tenham acesso a uma alimentação adequada, a menos que possam pagar por ela (Mészáros, 2011).

No Brasil, a luta de classes contra a concentração de terras tem sido central para o desenvolvimento do capitalismo. Conflitos rurais ocorrem tanto na busca por conquistar a terra para se tornar um pequeno proprietário, quanto na luta para permanecer nela como produtor de alimentos essenciais. Assim, a luta camponesa busca garantir o direito à terra e promover um modelo de produção alimentar que trate a alimentação como um direito, em oposição à sua mercantilização, defendendo a soberania alimentar (Guerra; Silva, 2022).

Silva e Costa Silva (2024, p.100) enfatizam a disparidade existente entre o agronegócio e a agricultura familiar em relação ao que é produzido, como é produzido e para quem os produtos são destinados:

De um lado, tem-se uma encorpada produção de grãos para exportação; de outro, há os agricultores familiares resistentes em seus espaços, que continuam mostrando-se como protagonistas na produção agropecuária diversificada, na agroecologia e na subsistência familiar, mantendo a renda de suas famílias, sendo a soberania e segurança alimentar o ponto fulcral (Silva; Costa Silva, 2024, p.100).

O atual padrão de produção e consumo de alimentos favorece o agronegócio, comprometendo tanto a sustentabilidade ambiental quanto a saúde das futuras gerações. O Brasil é um dos maiores produtores de agrotóxicos do mundo, e o uso desses produtos traz uma série de prejuízos em relação ao meio ambiente (Machado; Sperandio, 2021). O uso irresponsável e lucrativo de produtos químicos deixa resíduos tóxicos no solo, contamina as águas subterrâneas, interfere nos ciclos climáticos globais e contribui para a exploração e destruição de recursos naturais (Mészáros, 2011).

O aumento da produtividade e conseqüentemente o crescimento das exportações no setor de *commodities*, discutidos na seção anterior, inserem Porto Velho nessa dinâmica de degradação ambiental. Em um estudo sobre o crescimento da produção de soja em Rondônia, Fernandes (2022) detalha que nesse processo de expansão as áreas de pastagem de baixo rendimento são convertidas para o cultivo de soja, enquanto novas pastagens são abertas em

regiões recentemente desmatadas, intensificando as ameaças ambientais. Esse ciclo de expansão não apenas acelera o desmatamento, mas também aumenta a demanda por agrotóxicos e exerce pressão sobre áreas protegidas agravando os conflitos socioambientais.

O modelo de produção alimentar atual é insustentável e exige alternativas para que se possa efetivamente promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a Soberania Alimentar. Em um sistema econômico que historicamente gera pobreza e desigualdade, Aguiar e Padrão (2022) apontam a necessidade de identificação dos obstáculos concretos para que a população possa alcançar uma posição menos vulnerável através de políticas públicas e sociais de Estado mais duradouras e universais.

Para as autoras tais políticas devem priorizar a distribuição de renda, criação de empregos e garantia da segurança alimentar e nutricional promovendo uma maior participação na riqueza coletiva e incorporando os direitos humanos de maneira concreta. Contudo, a persistência da fome, pobreza e desigualdades no mundo, a despeito das conquistas normativas e jurídicas obtidas por meio de lutas sociais, questiona-se a possibilidade real de materializar esses direitos, incluindo o direito humano a alimentação adequada, dentro da hegemonia do capital (Aguiar; Padrão, 2022).

A CONEXÃO PNAE E AGRICULTURA FAMILIAR

O avanço do capitalismo e a intensificação do agronegócio têm gerado profundas transformações nos sistemas agroalimentares, impondo desafios à agricultura familiar. A concentração de terra e recursos agrava as desigualdades no campo, restringindo o acesso de agricultores familiares a mercados institucionais. Neste cenário, o PNAE surge como uma oportunidade de resistência, ao possibilitar um canal alternativo de comercialização que valoriza a produção local e sustentável, ao mesmo tempo em que enfrenta as contradições geradas pelo capitalismo.

Para facilitar a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar a legislação prevê a dispensa do procedimento licitatório, por meio da chamada pública, conforme regulamentado pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020:

Art. 30: A aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório,

nos termos do art. 14 da Lei 11.947/2009, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e que os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

Portanto na chamada pública do PNAE, o preço não é objeto de concorrência, devendo ser previamente definido e explicitado no edital. Esse processo garante segurança jurídica aos gestores, agiliza as aquisições e fortalece tanto a agricultura familiar quanto as diretrizes do PNAE (Brasil, 2022).

Para que o agricultor ou empreendedor familiar rural possa participar de chamadas públicas, é necessário ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que identifica e qualifica a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) seus empreendimentos e suas formas associativas organizadas como pessoas jurídicas. A DAP é exigida tanto para o PNAE quanto para acessar as outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Desde 2022, a DAP está sendo gradualmente substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) (Brasil, 2022).

No município de Porto Velho, de acordo com dados obtidos na plataforma do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, existem 2.803 Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) com CAF ativa e 124 inativas. Estão cadastradas 8 pessoas jurídicas, representando empreendimentos familiares rurais e formas associativas da agricultura familiar. Quanto às pessoas físicas que ainda possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), o número de DAPs ativas é de 1.887.

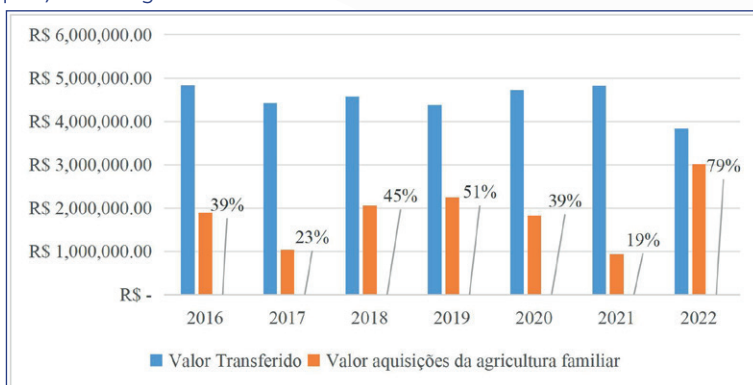
Essas informações revelam a existência de uma base considerável de agricultores familiares com potencial para acessar os mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) entre outros. A inserção dos pequenos agricultores nos mercados institucionais é fundamental para fortalecer sua participação em cadeias de comercialização mais justas e sustentáveis. Geralmente, esses produtores estão restritos ao domínio por atravessadores, onde o preço é instável e sujeito a variações desfavoráveis. (Pereira; Santana; Tibiriçá, 2020).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Sistema de Gestão de Contas (SigPC), disponibiliza dados importantes sobre as aquisições da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios brasileiros entre os anos de 2011 a 2022. Esses dados são importantes para ava-

liar o cumprimento da legislação que incentiva o uso de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar, assim como o empenho dos gestores municipais em contribuir para o fortalecimento da economia local e o desenvolvimento sustentável.

O gráfico 1 apresenta os percentuais de aquisição de produtos da agricultura familiar no município de Porto Velho entre os anos de 2016 e 2022, com base nos dados disponibilizados para consulta pública no site do FNDE. Ao longo desse período, observam-se variações nos percentuais de aquisições, refletindo os desafios enfrentados na concretização dessa meta. Ainda assim o município atingiu uma média de 42% de gastos do recurso do PNAE com a agricultura familiar no período em destaque.

Gráfico 1 - Aquisições da agricultura familiar em Porto Velho de 2016 e 2022



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da agricultura familiar do site FNDE.

São muitos os desafios que impactam na oferta dos produtos agrícolas, tais como as condições climáticas adversa, o acesso à crédito rural para compra de insumos agrícolas, além das dificuldades dos pequenos agricultores em acessar os mercados institucionais, que exigem comprovações documentais sobre a qualidade dos produtos comercializados. Essas barreiras afetam a capacidade de muitos produtores locais de fornecer alimentos para programas de alimentação, apesar do incentivo da legislação.

Silva e Costa Silva (2024) identificaram que a agricultura familiar em Rondônia é voltada principalmente para a subsistência, com o excedente sendo comercializado para geração de renda familiar. No entanto, a principal dificuldade enfrentada pelos produtores é a falta de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER), que permanece limitada em comparação ao agronegócio. Para fortalecer a agricultura familiar e seu papel no abastecimento alimentar, é

necessário que as políticas de extensão rural sejam priorizadas e os desafios enfrentados pelos pequenos produtores sejam superados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a alimentação escolar nas escolas públicas como componente essencial para uma formação humana integral requer um esforço para além da compreensão da Lei da alimentação escolar, N° 11.947/09, e do seu conjunto de diretrizes que norteiam a oferta de alimentos.

A análise realizada neste artigo revela que o PNAE tem grande potencial para promover a agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental, mas enfrenta desafios significativos em função das dinâmicas capitalistas que favorecem a hegemonia do agronegócio. O fortalecimento de políticas públicas que incentivem a agricultura familiar, aliadas a uma maior conscientização sobre a importância da sustentabilidade ambiental, são essenciais para maximizar os benefícios do programa.

A ampliação do diálogo entre os gestores do PNAE, os agricultores e a sociedade civil, visando superar as limitações e consolidar a efetividade do programa, é uma ação que pode favorecer a participação de novos fornecedores enriquecendo ainda mais o cardápio da alimentação escolar com inclusão de produtos variados.

O crescimento do agronegócio em Porto Velho, especialmente na produção de soja, arroz e carne bovina experimentado nos últimos anos ressalta o foco do estado na produção de *commodities* em larga escala, principalmente para mercados de exportação, em detrimento aos pequenos produtores. Nesse contexto muito ainda precisa ser feito para a efetivação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar frente à lógica predatória do agronegócio.

O apoio à agricultura familiar não é apenas uma questão econômica, mas também de justiça social, segurança alimentar e preservação ambiental, visto o papel vital que desempenha na produção de alimentos essenciais. Como ficou demonstrado em Porto Velho os agricultores familiares se destacam na produção de uma ampla variedade de alimentos utilizados na alimentação escolar, como banana, melancia, mandioca, mamão, tomates, folhas verdes, entre outros, garantindo a segurança alimentar local.

A presença de alimentos produzidos pela agricultura familiar local nas escolas pode contribuir para o desenvolvimento de uma cultura alimentar mais adequada entre os estudantes. A escola é o ambiente propício para instigar nos alunos a consciência sobre a origem e a qualidade dos alimentos que consomem. Ao terem acesso a alimentos frescos, nutritivos e cultivados por agricultores da região, os alunos participam da valorização do trabalho dos pequenos produtores, ao passo que aprendem sobre práticas agrícolas sustentáveis, sobre a diversidade de produtos locais, sobre os benefícios de uma alimentação saudável e a construção de hábitos alimentares que priorizam a qualidade em vez da quantidade.

Além disso, a promoção do consumo de alimentos locais e da agricultura familiar nas escolas pode estimular uma consciência crítica sobre a importância do consumo consciente entre os jovens. Ao aprenderem sobre as implicações sociais, econômicas e ambientais de suas escolhas alimentares, os estudantes podem desenvolver uma compreensão mais profunda sobre como suas decisões impactam não apenas a saúde individual, mas também a comunidade e o meio ambiente.

Neste sentido através da educação é possível gerar um ciclo virtuoso onde os jovens aderem a uma alimentação saudável e sustentável, influenciando suas famílias e comunidades a adotarem práticas semelhantes. Em última análise, integrar alimentos da agricultura familiar no contexto escolar não é apenas uma questão de nutrição, mas uma oportunidade para formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis em relação a complexidade que envolve a questão alimentar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, O. B. DE; PADRÃO, S. M. **Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais.** Serviço Social & Sociedade, n. 143, p. 121–139, 2022.

BRASIL. Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <https://caf.mda.gov.br/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional

de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 41-43, 12 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; [...] e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: http://https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno de compras da agricultura familiar para o PNAE** [livro eletrônico]. Brasília, DF, 2022.

CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. de. **Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos.** Psicologia em Revista (Belo Horizonte), 2020, vol. 26, n. 1, p. 83-102. ISSN 1677-1168. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>. Acesso em: 09 ago. 2024.

COSTA, B. A. L.; SILVA, M. G. da. **Produção de Alimentos: olhares a partir da Segurança Alimentar e Nutricional** In: MORAIS, D.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. (Orgs.). Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. 1. ed. Viçosa - MG: UFV, 2021. p. 19-39. Disponível em: <https://posnutricao.ufv.br/wp-content/uploads/2019/08/Atualizacoes-e-debates-sobre-Seguranca-Alimentar-e-Nutricional.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

EMATER-RO. **Relatório de atividades e gestão de ATER.** Porto Velho, 2023.

FERNANDES, A. N. **Expansão da cultura da soja e alguns aspectos nas mudanças da biodiversidade no estado de Rondônia.** 2022. 44 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Conservação e Uso de Recursos Naturais) – Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022.

GARCIA E SILVA, W. H. .; COSTA SILVA, R. G. da. **A agricultura familiar como protagonista na produção de alimentos em Rondônia.** Revista Geonorte, [S.

l.], v. 15, n. 47, p. 98–113, 2024. DOI: 10.21170/geonorte.2024.V.15.N.47.98.113. Disponível em: [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/13503](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/13503). Acesso em: 03 ago. 2024.

GUERRA, C. de S.; SILVA, M. B. O. da. **Direito à Soberania Alimentar no Capitalismo Periférico**. Revista Direito e Práxis, v. 13, n. 4, p. 2198–2224, out. 2022.

GUERRA, L. D. da S.; CARNUT, L.. **O capitalismo também mata pela boca: alimentação e crítica marxista**. Desafios contemporâneos para a luta contra a fome. Crítica Revolucionária, v. 1, p. e02-e02, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Produção Agrícola Municipal: PAM**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 ago. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal: PPM**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 ago. 2024.

MACHADO, J. C.; SPERANDIO, N.. **Introdução à Segurança Alimentar e Nutricional**. In: MORAIS, D.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. (Orgs.). Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. 1. ed. Viçosa - MG: UFV, 2021. p. 19-39. Disponível em: <https://posnutricao.ufv.br/wp-content/uploads/2019/08/Atualizacoes-e-debates-sobre-Seguranca-Alimentar-e-Nutricional.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F. DE .; MENDES, Á. N.. **O indigesto sistema do alimento mercadoria**. Saúde e Sociedade, v. 25, n. 2, p. 505–515, abr. 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETO, C. R.; SILVA, F. de A. C.; ARAÚJO, L. V. de. **Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia?** Embrapa Rondônia, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acesso em: 12 ago. 2024.

PEREIRA, A. de J.; SANTANA, F. C.; TIBIRIÇÃ, A. R. V. **Tipos de Produção, comercialização e dificuldades da produção Agroecológica.** In: MORAIS, D.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. (Orgs.). Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. 1. ed. Viçosa - MG: UFV, 2021. p. 19-39.

PORTO VELHO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Anuário estatístico do Município de Porto Velho 2013-2020.** Porto Velho, 2024.

QUINTINO, S. M.; PASSOS, A. M. A. dos; MORET, A. de S. **Potencialidades sustentáveis da biodiversidade da Amazônia para a agricultura familiar.** In:

ENCONTRO RODONIENSES DE ADMINISTRADORES E TECNÓLOGOS, 2., 2017, Porto Velho. [Anais]. Porto Velho: Conselho Federal de Administração, 2017. p. 79-97.

SANTOS, T. R. S.. **Agricultura familiar e agronegócio em Rondônia, uma distinção necessária.** Geographia Opportuno Tempore, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 135-148, 2021. DOI: 10.5433/got.2021.v7.44817. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/44817>. Acesso em: 9 out. 2024.

SILVA, E. A.; NASCIMENTO, S. N. do; SOUZA, M. P. de; PEDROZO, E. A.. **Rede de colaboração da agricultura familiar no município de Porto Velho-RO.** Revista Desenvolvimento em Questão, ano 18, n. 52, p. 335-354, jul./set. 2020.

SILVA, M. B. O. da; GUERRA, C. de S.. **Direito à soberania alimentar e proteção à sociobiodiversidade no capitalismo rentista.** Revista Videre, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 11-25, 2021. DOI: 10.30612/videre.v13i27.12739. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/12739>. Acesso em: 3 ago. 2024.